



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº 5 – Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 14 de dezembro de 2018

No dia catorze de dezembro do ano de dois mil e dezoito, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação da ata da 4ª sessão ordinária, realizada no dia 28 de setembro, do ano em curso.

2– Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia:

3.1. Tomada de posse do cidadão Marco António Rodrigues de Sousa, em substituição da Sra. Mariana Santos Gonçalves que, tendo sido convocada para substituir o Sr. Pedro Jorge Pereira Barroso, que renunciou ao mandato para o qual foi eleito nas últimas eleições autárquicas, também renunciou.

4. Período da Ordem do Dia:

4.1. Informação a prestar pelo 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega, relativa à atividade desenvolvida por esta Comunidade Intermunicipal;

4.2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.3. Proposta de Aprovação de Documentos Previsionais para o ano económico de 2019 – Opções do Plano de Atividades e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita / Mapa de Pessoal para 2019;

4.4. Contratação de EMLP, ao abrigo do nº 1, do artigo 51.º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, para aplicação em projetos de investimento, no montante de € 845.717.74, correspondente à contrapartida nacional de investimento municipal/Relatório final de análise das propostas;

4.5. 2ª Revisão aos Documentos Previsionais – ano financeiro 2018;

4.6. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2018 / art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março;

4.7. Anulação da Taxa de Direitos de Passagem;

4.8. Reconhecimento do Interesse para as Populações e Economia Local do Projeto Miradouros do Território GIAHS/FAO – Candidatura ao Aviso nº 002/ADRAT/10216/2018;

4.9. Proposta de Regulamento “Projeto Mais Saúde Menos Amianto”;

4.10. Proposta de Alteração ao Regulamento de Apoio ao Abate de Suínos;

4.11. Minuta de Contrato-Programa Entre o Município de Montalegre e EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM,SA;

4.12. Minuta de Contrato-Programa entre O Município de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar e EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM,SA;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.13. Eleição de um elemento para integrar a CPCJ de Montalegre, em substituição da professora Maria Clotilde Santos Magalhães Gomes, que renunciou fazer parte dessa Comissão;

4.14. AMAT/ Plano de Atividades e Orçamento para 2019;

4.15. CIM Alto Tâmega / Plano de Atividades e Orçamento para 2019;

4.16. EHATB / Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2019;

4.17. EHATB, EIM,SA. Relatório de Execução Orçamental 3º trimestre 2018;

5 – Período após a ordem do dia.

Efetou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e três membros à exceção de Manuel Carvalho, António Eduardo Santos, Nuno Pereira, Ana Maria Martins, José Miranda Alves, João Surreira e Aníbal Ferreira.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, estiveram presentes o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, David Teixeira, os Vereadores Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz e José Moura Rodrigues.

Atenta a ausência do 1º Secretário da Mesa Manuel Carvalho, o Senhor Presidente da Assembleia designou a deputada Sandra Rua Gonçalves Pinto para, na presente sessão, exercer as funções de 2ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1. Apreciação e votação da ata da 4ª sessão ordinária, realizada no dia 28 de setembro, do ano em curso.

A ata da 4ª sessão ordinária, realizada no passado dia 28 de setembro, foi posta à consideração não tendo havido qualquer reparo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Posta a votação, a ata foi aprovada por maior com três abstenções dos deputados José Fernando Moura, João dos Santos e Márcio Azevedo.

2– Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia:

3.1. Tomada de posse do cidadão Marco António Rodrigues de Sousa, em substituição da Sra. Mariana Santos Gonçalves que, tendo sido convocada para substituir o Sr. Pedro Jorge Pereira Barroso, que renunciou ao mandato para o qual foi eleito nas últimas eleições autárquicas, também renunciou.

Marco António Rodrigues de Sousa foi empossado/instalado como membro da Assembleia Municipal.

Inscreveram-se para intervir os deputados João Carlos Rodrigues, José João Moura, João Soares, Duarte Gonçalves, Acácio Gonçalves, Hernâni Carvalho, António Ferreira, Sandra Gonçalves, Rui Cruz, Marco Sousa, Ana Isabel Dias e Ricardo Moura.

O deputado João Carlos Rodrigues apresentou o seguinte voto de louvor: “Queremos expressar aqui o reconhecimento àqueles que, recentemente, e numa área que não era tão habitual e que, estou certo, nos deixam a todos particularmente orgulhosos, alcançaram registos históricos.

Tivemos Acácio da Silva como expoente máximo do desporto Barrosão além-fronteiras, mas lembro também o Nuno Alves, natural de Tourém, atleta paralímpico com 7 medalhas de ouro em campeonatos do mundo e da Europa.

Hoje, podemos também inscrever os nomes de dois jovens com ligação ao concelho, o Nuno Brito, de Pereira, Salto e do João Carvalho, de Linharelhos, Salto que foram medalhados nos Jogos Olímpicos da Juventude em Buenos Aires, Argentina, o Nuno foi prata na modalidade de andebol de praia e o João foi ouro em Kickboxing.

E claro, o nome da Carina Luís, natural de Torgueda que iniciou o seu percurso a partir de Montalegre, primeiro na Colmeia, depois na Academia de Futebol e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Futsal Abelhas Azuis, foi chamada à seleção distrital de futsal, passou pela equipa feminina de futsal do Grupo Desportivo de Chaves e recentemente ingressou nos quadros da AD de Fafe, tendo sido também medalhada com o ouro nos jogos olímpicos da juventude na modalidade de futsal.

O ano de 2018 foi histórico para o desporto barrosão, mas este acaba com a cereja no topo do bolo, com o maior feito de uma coletividade desportiva.

A qualificação do Centro Desportivo e Cultural de Montalegre para os oitavos de final da taça de Portugal é o maior feito jamais alcançado por este clube em 54 anos de história, feito este que honra todos aqueles que o dirigiram, e em primeiro lugar está, claro, o fundador e Homem que deu o seu nome ao estádio, o Dr. Diogo Alves Vaz Pereira, assim como honra todos aqueles que ao longo da história suaram a camisola do Montalegre.

Mas honra também todos os Barrosões, é que não se fala de outra coisa por esse país fora e pela comunidade barrosã espalhada pelo mundo.

Em sorteio, tocou em sorte o Sport Lisboa e Benfica, o clube com mais campeonatos nacionais e o clube português com maior número de adeptos. Uma instituição ímpar no panorama desportivo nacional e internacional e que os barrosões terão a possibilidade de contemplar de perto, no estádio Dr. Diogo Alves Vaz Pereira, pelo facto de o Clube da nossa terra ter tido a audácia, a coragem, a força e a qualidade de marcar presença nesta fase da prova rainha do futebol português.

O clube, ao levar tão alto o nome de Montalegre, enaltece as instituições desportivas locais, engrandece Montalegre, contribuindo para a divulgação, a promoção e o prestígio da nossa terra e para o orgulho de todos os Barrosões.

Para o presidente Paulo Viaje, para todos os diretores e para o conjunto da equipa técnica, fica o reconhecimento e o agradecimento por esta memorável conquista.

E claro, a todos os atletas, que sem estes não seria possível, dirigimos os nossos parabéns e um bem hajam por terem, com todo o mérito, alcançado este sucesso.

A história do clube fica mais rica, mas Montalegre também. E fica o exemplo de trabalho, de querer, de determinação e do sucesso.

Pelo que se expressa um voto de louvor ao Nuno Brito, ao João Carvalho, à Carina Luís e ao Centro Desportivo e Cultural de Montalegre. Assembleia Municipal de Montalegre, 14 de dezembro de 2018. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues."



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Acácio Gonçalves associou-se à proposta de voto de louvor apresentada pelo deputado João Carlos Rodrigues.

O deputado Duarte Gonçalves também se associou ao voto de louvor apresentado dizendo que o sucesso e mérito desportivo só nos deve orgulhar.

Posta à votação a proposta de voto de louvor foi aprovada por unanimidade.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. deputados, Exmos. Srs. Vereadores, em primeiro lugar gostaria de apresentar umas palavras de louvor para a equipa do CDCM, que tem desenvolvido ao longo dos anos, um trabalho notável, ao nível da formação dos atletas, atingindo o seu apogeu com a disputa nos oitavos de final da Taça de Portugal, com um dos grandes do futebol Português - o Sport Lisboa e Benfica.

O esforço e empenho conjunto de todos os envolvidos (dirigentes, treinadores e atletas), que em muito têm enaltecido o nosso município, colocaram o concelho de Montalegre nas competições desportivas do mais alto nível.

Neste contexto, o sonho do seu mentor e fundador, o Dr. Diogo Vaz Pereira, bem como todos os dirigentes e atletas que por lá passaram, foi concretizado, e justificou o investimento pessoal e monetário daqueles que sempre acreditaram que era possível.

Em segundo lugar houve uma iniciativa que é de louvar e espero que tenha continuidade, que foi o caso do Festival de Teatro, em que a sociedade civil aderiu em massa e mostrou que está sedenta de cultura e quer ver em palco outros atores sem ser os atores políticos.

E por mais palcos que existam, quer sejam do teatro ou do futebol, existe um no concelho de Montalegre que é incomensurável. E esse é o nosso ex-libris, a nossa Insignia, a nossa marca identificativa. Estou a falar do castelo de Montalegre. No nosso brasão estão representados 3 elementos figurativos. O castelo, o rio Cávado e dois bois barrosões. Todo o barrosão venera e defende as suas origens, a sua cultura, o seu crer, e todos, mas mesmos todos, dariam a sua vida pela integridade do castelo. Sem ele, não estaríamos aqui, pois não nos seria atribuído a carta de foral pelo rei D. Afonso III em 1273. Por isso, o que se está a passar com o processo de "Revitalização do Castelo de Montalegre" é preocupante.

Mais uma vez assistimos a uma postura autoritária, por parte do edil municipal da Câmara de Montalegre, pois iniciou as obras sem dar a informação necessária aos munícipes, contrariando a Lei n.º 107/2001, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, que menciona, e passo a transcrever "a política do património cultural obedece aos princípios gerais de informação, promovendo a recolha sistemática



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

de dados e facultando o respetivo acesso tanto aos cidadãos e organismos interessados, como às competentes organizações internacionais”.

Face à falta de informação existente, a agitação e até o alarme social têm sido permanentes, originando uma onda de indignação, tanto da oposição como da sociedade civil em geral, que mostrou estar bem viva e atenta, uma vez que o castelo de Montalegre é um monumento pelo qual todos os barrosões têm bastante carinho.

Apesar de ter existido uma conferência de imprensa marcada à pressa, de um dia para o outro, e das explicações dadas, continuo a não perceber porque é que a escadaria foi feita em betão, em vez de ser feita em metal ou outros materiais mais comuns na recuperação de edifícios históricos, que garantam intervenções menos intrusivas, mais leves, com menos volumetria, e que separem claramente a obra nova da pré-existente. Mais, enquanto dono da obra, a Câmara deveria ter garantido uma intervenção menos polémica, exercendo os seus direitos de dono da obra, através de técnicos habilitados, no caso, o tal arquiteto que a Câmara teima em não contratar.

Não estou assim a dizer que somos contra as obras de recuperação do castelo, mas sim que este edil disponibilizasse uma maquete e fosse publicado o seu projeto, para que seja possível esclarecer todas as dúvidas e se acabe com as polémicas de uma vez por todas, de modo a que o castelo continue a ser a jóia da coroa do património construído no concelho de Montalegre e o orgulho de todos os barrosões.

É nestes assuntos que me lembro de um escrito que estava na porta do gabinete de uma professora: *teoria é quando sabemos tudo mas nada funciona; a prática é quando tudo funciona mas não sabemos porquê; aqui, juntamos teoria e prática: nada funciona e não sabemos porquê*. Assinado, o deputado municipal José João Moura”.

O deputado João Soares entregou o seguinte documento à Mesa: “ O castelo de Montalegre, no distrito de Vila Real, é um monumento nacional que está a ser alvo de intervenções inseridas na Operação Castelos a Norte, lançada pela DRCN e executada pela Câmara Municipal, que assegura também a participação nacional.

Pedro Alves, residente em Lisboa e um dos administradores do blogue “Repensando a Idade Média”, é uma das vozes críticas às obras de restauro do castelo, que começaram há quatro meses e disse que hoje a intervenção “está a ser danosa” para o património histórico.

“Não estão a aplicar material original, é betão armado. Além do problema estético, temos o problema de, se se quiser reverter as obras, é muito difícil e pode vir a afetar a estrutura do monumento”, afirmou à agência Lusa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Pedro Alves defendeu que a obra deve ser “imediatamente parada e revertida”, que os “elementos intrusivos devem ser retirados” e que o castelo deve “ser reabilitado de acordo com as melhores práticas da Carta de Veneza, ou seja, usando material original, no caso granito, mantendo a integridade e a homogeneidade do monumento.”

Disse ainda que contactou o Ministério Público, a quem expôs esta situação.

As críticas às obras fazem-se essencialmente nas redes sociais e, para explicar o projeto, o município e a DRCN realizaram, no final de novembro, uma sessão de esclarecimentos.

“Este alarido não faz sentido, o castelo obedece a um projeto concebido por uma equipa técnica qualificada que cumpre com as diretivas internacionais e as convenções, nomeadamente a Convenção de Veneza”, afirmou o Presidente da Câmara de Montalegre, Orlando Alves.

O autarca frisou que o projeto “passou pelo filtro do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR)” e referiu que, “em vários outros monumentos nacionais, se incorporam materiais da modernidade casando-os com os originais”.

Orlando Alves garantiu que o Castelo de Montalegre “vai ser um bom exemplo de recuperação do património”, o qual vai ter “orgulho” de inaugurar “lá para junho”, reabrindo um monumento que estava fechado ao público.

“Neste momento há uma agitação que é sobretudo política”, afirmou o presidente.

Contactada pela agência Lusa, a DRCN afirmou que “o projeto de revitalização do castelo de Montalegre cumpre todos os normativos legais conducentes à sua aprovação.”

A fonte acrescentou ainda que a DRCN está presente nas reuniões de obra semanais” a fim de verificar a sua execução conforme os termos do projeto aprovado e solicitar as correções que, eventualmente, se verificarem.”

O castelo de Montalegre foi classificado como Monumento Nacional em 1910 e é umas das fortificações medievais mais bem conservadas do Norte de Portugal.

Situado no centro da Vila, apresenta três torres adossadas à muralha e a praça de armas funciona como sala de visitas do município onde se realizam espetáculos, ventos e reuniões com destaque para a sexta 13.

Operação Castelos a Norte inclui ainda intervenções nos castelos de Monforte de Rio Livre (Chaves), Outeiro (Bragança), Mogadouro e Miranda do Douro e é cofinanciada pelo Programa Norte 2020. Assinado, o deputado João Soares”.

O deputado Duarte Gonçalves fez um reparo ao funcionamento da Assembleia Municipal pois os documentos são recebidos tardiamente, estão ilegíveis ou de difícil análise, causando alguns transtornos. É uma preocupação legítima pela falta de informação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Questionou o Presidente da Câmara sobre a estrada para Chaves pois está tudo parado. Já se notam algumas anomalias e devia ter alguma marcação como uma linha vertical amarela. Disse que se o Município de Montalegre tiver que fazer a estrada até Soutelinho, também já o fez na ligação de Salto a Cabeceiras.

Perguntou como está a ponte da Assureira e quanto vai custar ao Município.

Disse que em Meixedo, a estrada está a precisar de uma intervenção pois está em muito mau estado.

Falou da questão do lítio e perguntou em que ponto está, se há mais informações, se há processo de concessão e se há estudo de impacto ambiental.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que a qualidade dos documentos não é a mais adequada e pede que se melhore. Relativamente à entrega dos documentos disse que esta é feita no prazo legalmente exigido.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: " Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal, Vereadores e deputados e Exmo. Público: Acácio da Silva Gonçalves, representante do Grupo Parlamentar do CDS/PP, venho por este meio felicitar e louvar os acontecimentos de grande proeza que neste último trimestre ocorreram na nossa terra e em território estrangeiro que muita alegria trouxe aos nossos conterrâneos ausentes e presentes e que por isso devemos homenagear publicamente estes atletas que merecem todo o nosso carinho e apreço pelos seus feitos, querendo assim recordar que a juventude da nossa terra não é tão "rasca" como alguns apregoavam.

Começo pelo nosso Centro Desportivo e Cultural de Montalegre que conseguiu chegar aos oitavos de final da Taça de Portugal e trazer o Benfica a esta nobre terra em que a equipa sobressai, não esquecendo os seus dirigentes Paulo e Zé Manel Viaje.

Passando ao Futsal Feminino sub 19 nos Jogos Olímpicos da Juventude em Buenos Aires em que a vitoriosa Carina Luís sobressaiu na equipa olímpica ganhando a medalha de ouro na final contra o Japão.

Também não devemos esquecer Nuno Brito, jogador de Andebol do ABC Braga com raízes em Pereira/ Salto que saiu vitorioso com a medalha de prata em Buenos Aires.

Outro jovem com raízes em Linharelhos, João Carvalho, tornou-se campeão mundial de artes marciais "Kickboxing" nos referidos jogos olímpicos em Buenos Aires.

Não poderíamos esquecer o evento Sexta 13 – Noite das Bruxas que projetou o nosso município como vencedor do prémio Município do Norte, entre 308 candidaturas, ao reconhecimento das boas práticas implementadas pelo Município. Assinado, o deputado municipal Acácio Gonçalves".



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Hernâni Carvalho disse que uma conferência de imprensa marcada à pressa é uma não questão.

Associou-se ao voto de louvor e elogiou o facto da Câmara Municipal ter feito todo o esforço para que o jogo se realizasse em Montalegre.

Salientou que os bombeiros passam um momento complicado, mas o socorro estará sempre assegurado. O Partido Socialista permite viver em democracia e elogiar e criticar o Governo do mesmo partido. Os bombeiros não vão sair da proteção civil. Desejou umas felizes festas para todos.

O deputado António Ferreira apresentou um voto de protesto contra a notícia publicada no Notícias de Barroso pelo Bento Monteiro. A empresa do seu filho é uma empresa prestadora de serviços e não deve nada a ninguém.

Pensa que nunca faltou ao respeito ao ex Presidente da Câmara e se o fez pede desculpa e mandou dizer ao Bento Monteiro que mantém tudo aquilo que disse na ata.

Perguntou à assembleia se sabem porque é que o ex- diretor da escola foi condenado.

Assumi que não tem qualquer tipo de problema em enfrentar o Bento Monteiro para que este diga o que quer da sua família.

Perguntou ainda quem é que não gostou de ver a Corujeira limpa. Se não gostaram é pelo facto do seu filho ter trabalhado lá.

A deputada Sandra Gonçalves disse que não sabia que na Assembleia Municipal se defendia os interesses pessoais. Sempre pensou que este órgão servia para defender os interesses de quem os elegeu.

A deputada entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras: a escola primária de Salto é um assunto recorrente trazido por mim a esta assembleia, dado que a vergonha continua. Há infiltrações, a casa de banho da pré-primária continua sem divisória, o recreio continua lastimável (cheio de buracos, onde as crianças caem e se magoam constantemente), o parque continua sem montar, as crianças continuam sem recinto coberto para brincar no inverno, as professoras continuam sem salas suficientes para lecionar, foi colocado um tapete embutido nas escadas à entrada das portas, que fica completamente inundado quando chove criando um charco de água, em que tanto docentes, alunos como encarregados de educação, não conseguem entrar no edifício sem ensopar os pés, ou seja, a cada mês que passa surge um novo problema e os que já existem não são resolvidos. Recordo que a escola foi intervencionada há cerca de um ano, pelo valor de trezentos mil euros mais IVA. Os encarregados de educação não entendem como é que estas situações ainda persistem. Pergunto ao executivo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

deste município, quando é que estas situações vão ser resolvidas? Espero obter respostas, seja do Presidente da Câmara ou dos Vereadores.

Na escola do Baixo Barroso, a sala convívio tem o teto literalmente a cair. Como podem ver na fotografia que aqui trago. Várias salas estão com infiltrações e grande parte dos aquecedores não funcionam. O telhado do ginásio foi recentemente intervencionado, no entanto as infiltrações continuam. O município investiu cerca de cento e cinquenta mil euros mais IVA nas janelas, mas não há dinheiro para reparar o teto da sala de convívio, nem para repor os aquecedores. A má gestão continua.

Tem-se notado que as minhas intervenções nas assembleias surtem algum efeito no que diz respeito às crianças, no entanto, o trabalho da câmara em relação a este assunto sabe a pouco, mal se tem notado. As férias ativas que se têm realizado no ecomuseu com o apoio da câmara e da junta de freguesia de Salto é claramente insuficiente. As atividades são apenas e só das 14 horas às 17 horas e apenas nas férias. Pois bem, relembro que os pais das crianças do Baixo Barroso trabalham 8 horas por dia 11 meses por ano. Não ponho em causa o excelente trabalho dos funcionários do ecomuseu, no entanto as instalações não são as adequadas e os funcionários não estão preparados para receber 50 crianças. Até agora a desculpa da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia era que não se justifica uma creche ou um ATL no Baixo Barroso por falta de crianças, que seria necessário um estudo de mercado, pois bem, não há melhor estudo de mercado e prova de que há crianças, senão estas atividades no ecomuseu. Há sim falta de vontade de criar condições para os jovens poderem criar a sua família no Baixo Barroso por falta de um serviço básico e indispensável aos casais que pretendam viver e criar os seus filhos na terra.

O Baixo Barroso, assim como o resto do concelho, está desertificado! Se a maioria socialista continuar a descurar as necessidades básicas de apoio à fixação de jovens, Montalegre irá ficar moribundo em pouco tempo. Já somos poucos e cada vez seremos menos. Não precisamos de elefantes brancos, precisamos de obras que sirvam as necessidades básicas da população, dos jovens, das crianças e demais.

Já aqui referi, as creches municipais são uma reconhecida necessidade e existência de equipamentos que garantam uma resposta socioeducativa no acompanhamento a crianças dos quatro meses aos três anos de idade e que favoreçam o seu desenvolvimento integral, dada a atual organização da vida familiar. Os milhões gastos em elefantes brancos dariam para fazer uma creche e um ATL municipal no Baixo Barroso de qualidade e ainda sobravam muitos milhões para incentivo ao empreendedorismo. Infelizmente as prioridades socialistas do concelho são bem diferentes das necessidades da população. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves."



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Rui Cruz entregou o seguinte documento à Mesa: “Muito bom dia a todos. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e restantes membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sr. (s) Vereadores e Sr. (s) Deputados.

Começo a minha intervenção fazendo referência à sessão de esclarecimentos que a Câmara Municipal promoveu sobre as obras de requalificação do Castelo de Montalegre.

A finalidade dessa sessão foi dar a conhecer o projeto do Castelo, apresentar o seu autor, identificar a entidade que o aprovou e, sobretudo, explicar à população as intervenções que estão a ser desenvolvidas.

Os montalegrenses responderam positivamente e compareceram em número considerável. Também estiveram presentes o executivo municipal, a Direção Regional de Cultura do Norte e o arquiteto responsável pelo projeto.

A sessão decorreu de uma forma ordeira e civilizada, o que permitiu que o projeto fosse apresentado de uma forma clara e entendível para todas as pessoas, tendo sido exibidas várias imagens onde se pôde visualizar o resultado final desta obra.

Neste tipo de intervenção, é impossível gerar unanimidade, suscita sempre alguma polémica, sobretudo, quando se entra no campo da subjetividade, do gosto pessoal e, pior, o da politiquice.

Terminada a sessão, o objetivo foi plenamente atingido. Os presentes ficaram mais esclarecidos e informados e, assim, podem afirmar com conhecimento que: 1º As soluções aplicadas neste projeto foram desenvolvidas por um arquiteto que tem uma vasta experiência em intervenções de requalificação de património arquitetónico; 2º Que o projeto foi analisado e aprovado pelo IGESPAR e pela Direção Regional de Cultura, entidades que tutelam estes monumentos; 3º Que as intervenções que estão a ser desenvolvidas respeitam os rigorosos critérios nacionais e internacionais de conservação e restauro de monumentos, como os da Carta de Veneza e os da UNESCO, que mantêm e preservam as estruturas originais e o mais importante é que estas intervenções são reversíveis e não intrusivas; 4º Que as obras estão a ser acompanhadas pelo arquiteto e pelos técnicos da Direção Regional de Cultura do Norte e da própria autarquia que, em conjunto, garantem que o projeto é cumprido e que o mesmo está a ser executado, pelo empreiteiro, com toda a qualidade.

Concluídas as obras de requalificação das Torres do Castelo, da Praça de Armas, a consolidação da muralha e a substituição do pavimento existente nos arruamentos envolventes, o concelho de Montalegre fica, de uma vez por todas, com o Castelo em condições de ser visitado condignamente quer pelos Barrosões quer pelos turistas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Por último, não podia deixar de falar da exclusão do circuito de automóveis de Montalegre do Mundial de Rallycross de 2019.

Sobretudo para vincar que a solução encontrada não está ao alcance de qualquer um.

Enquanto a oposição se entretinha a falar mal e a tecer mais uma vez a narrativa da desgraça, este executivo desdobrava-se em múltiplos contactos e reuniões e, numa jogada de mestre, conseguia garantir que Montalegre continuasse na rota do rallycross internacional ao trazer mais uma prova sancionada pela Federação Internacional de Automobilismo, o Global Rallycross Championship, que se irá realizar em Montalegre nos dias 10 e 11 de agosto do próximo ano.

Com este desfecho fica comprovado que o circuito de Montalegre, afinal, tem condições para receber provas tanto nacionais como internacionais, que é uma aposta ganha e que é para continuar.

Mas também serviu para demonstrar, mais uma vez, que o motivo pelo qual o PS ganha as eleições no concelho de Montalegre é porque continua a saber escolher os melhores e os Barrosões assim o confirmam, votando expressivamente nas listas PS, há mais de 28 anos, quer para a Câmara, quer para a Assembleia Municipal e para as Juntas de Freguesias. Viva Barroso, disse. Assinado, o deputado municipal Rui Cruz”

O deputado Marco Sousa entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras: a minha participação na assembleia de hoje incide sobre 2 temas: 1) A iniciativa da câmara municipal para o combate ao despovoamento denominada "Salvar o património, povoar o território"; 2) - Pista Automóvel de Montalegre.

1) "Salvar o património, povoar o território" - Quanto à primeira, confesso que inicialmente fui surpreendido pela positiva com a iniciativa. Pensei até, finalmente “abriram os olhos”.

Pelo nome pensei logo em medidas como: abolição da derrama municipal; devolução de parte do IRS “Participação variável no IRS”; maior cobertura de saneamento básico; incentivos às empresas; apoio ao empreendedorismo; articulação regional em termos de política de acessibilidades (ligação a Braga e a Chaves), etc...

De repente leio...

“O presidente da Câmara explica, em linhas gerais, o porquê desta aposta: «esta ideia é uma forma de dar vida às nossas aldeias, a todo o território



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

barrosão que está em processo acelerado de despovoamento e de envelhecimento». Assim sendo, explica: «o imenso património, sobretudo imobiliário e rural - que está abandonado e que pode ser, inclusive, onerado em sede de tributação do IMI - pode ser recuperado, revitalizado e ser uma mais valia no sentido de atrair população ao território barrosão. Desta forma, pode ser povoado e ser enriquecido cultural, económica e socialmente dando vida às nossas emblemáticas aldeias».

Ele vai transformar o concelho de Montalegre numa autentica imobiliária, já desistiu dos Montalegenses!!!

Ainda estou à espera de saber quem era a personagem que apareceu a assinar o protocolo com a câmara para o call center com 150 pessoas. Disseram-me que ele era de Randín e não da Ranstad!!!

2) Pista Automóvel de Montalegre - Vamos agora fazer uma viagem ao passado mais propriamente à assembleia municipal de 30 de Junho de 2017 ao ponto 4.7 Ratificação da Adenda ao Contrato de Organização do Campeonato de Rallycross/Ratificação/Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais; Vamos ouvir de novo a intervenção do deputado municipal Marco Sousa: “O que lhe venho propor não é uma questão se sou a favor ou contra a organização do evento mas sim uma salvaguarda para o município.

O que temos aqui é ao fim ao cabo um acordo pré-contratual, em que temos duas entidades que são a “International Management Group” e o município de Montalegre.

Não sei se reparou, e de forma a salvaguardar situações futuras, no ponto 2.8 temos o chamado estado de foro. O estado de foro é o tribunal competente onde se vai ser julgado e a lei a aplicar.

E o que aqui diz e digo isto para salvaguarda do município: “Esta adenda será regida e interpretada de acordo com as leis de Inglaterra e País de Gales”, ou seja já sabemos qual a lei aplicável, “ e as partes se submeterão à jurisdição dos tribunais ingleses em relação ao presente contrato”. Isto para lhe dizer que o direito inglês (commom law) é diferente do direito continental, essencialmente ou em grande parte por uma situação que é o “princípio da boa fé” na formulação de um contrato. Por exemplo, em Portugal para uma resolução de um contrato pode ser evocada a “má fé” de uma das partes, no entanto em Inglaterra isso já não se verifica dado que não existe o “princípio da boa fé”.

O que acontece é que no presente contrato existem KPI's (cláusulas – ponto 2.6) a serem cumpridos pelo município (anexo 1) de forma ao contrato ter validade. Tem aqui os seguintes KPI's: 1) Melhorias nas áreas do Paddock e fluxo de tráfego; 2) Construção de nova arquibancada; 3) Melhorias nas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

instalações dos media; 4) Nova torre de controlo de corrida; 5) Conclusão da estrada principal (E.M. 508 entre Chaves e Montalegre) – a 1 de Abril de 2018. Vamos supor o caso hipotético em que a organização lembra-se e quer fazer a prova em outro sítio, seja onde for, seja em Portugal, em Espanha ou em Itália. O município pode fazer o investimento e o esforço e no entanto a “International Management Group” pode fazer a resolução do contrato sem que o município de Montalegre receba qualquer tipo de contrapartida.

Por isso era aconselhável, em que, por exemplo no momento da negociação do contrato em vez de aceitar diretamente o estado de foro (lei inglesa e os tribunais ingleses), deveria deixar, por exemplo, ser arbitrado por um tribunal internacional que assim o município de Montalegre ficaria salvaguardo em caso de “má fé”.

Vejam a reposta do senhor presidente da câmara na altura e depois pensem um bocadinho....

Para terminar gostaria de dar os parabéns: 1) À participação da aldeia de Fafião (junta de freguesia de Cabril) na RTP no programa “Praça da Alegria”. Muita gente veio falar comigo e dar os parabéns pela participação e pedir-me presunto com mel!! 2) À nossa conterrânea Carina Luís - Campeã olímpica de Futsal por também representar as gentes de Montalegre através do seu exemplo de vida; 3) Para finalizar, naturalmente os parabéns ao Centro Desportivo e Cultural de Montalegre em que fui atleta nas camadas jovens, pela sua excelente participação na Taça de Portugal . Um abraço especial à equipa técnica na pessoa do Zé Manel e a toda a estrutura diretiva Paulo, Pedro Guedes, etc....Vamos ganhar!!! Assinado, o deputado municipal Marco Sousa”.

A deputada Ana Isabel Dias entregou o seguinte documento à Mesa: “Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, os membros do ilustre Executivo Municipal e, naturalmente, os meus colegas deputados desta Assembleia. Bom dia a todos. Meus senhores: pedi a palavra neste ponto da Ordem de Trabalhos para partilhar convosco o meu entendimento acerca de uma medida com a qual o Executivo Municipal vai avançar e que já aqui foi abordada pelo meu colega do PSD Marco Sousa. De facto, não podíamos ter visão mais contraditória no que respeita a este assunto! Falo-vos do banco de terras e edifícios devolutos, projeto denominado “Salvar o Património, Povoar o Território”. É um projeto que pretende combater a desertificação, e nesse sentido, merece a nossa melhor e mais cuidada atenção. Sendo um projeto novo estará, com toda a certeza, na mira do já habitual “bota abaixo”. Mas é do nosso território que estamos a falar e aqui, creio, devemos unir esforços e sermos os primeiros a acreditar!

O que este projeto nos vem trazer é a criação de um gabinete físico, mas também de uma plataforma informática, onde estarão disponíveis para conhecimento de todas e de todos os edifícios e as terras devolutas para que quem nelas tenha interesse, tome conhecimento e possa realizar investimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Ou seja, pretende-se alargar ao maior número possível de pessoas o conhecimento destas terras e edifícios, contrariando o seu abandono por desinteresse ou impossibilidade de investimento por parte dos seus proprietários e, dessa forma, permitir que quem pode os compre e revitalize. Ora, no meu ponto de vista, que é claramente contrário à leitura que o Marco Sousa fez desta medida, trata-se de um projeto que pretende atrair pessoas para a nossa terra, combater dessa forma a desertificação e promover a diversidade.

É na nossa Identidade que está o nosso valor cultural maior e por isso todas as iniciativas/ideias/projetos que tenham por objetivo dar vida às nossas aldeias, proteger e promover o património (seja ele imobiliário, rural, ambiental, arquitetónico ou paisagístico), são projetos de louvar e merecem o nosso melhor acolhimento.

Aproveito ainda esta intervenção para reconhecer e até agradecer ao Executivo Municipal a realização do Festival de Teatro de Montalegre que, à semelhança do que já acontece com o Festival de Música Júnior, coloca Montalegre no espaço privilegiado da Cultura no Alto Tâmega e até no Distrito de Vila Real. A oferta cultural, o acesso à cultura são formas de projetar o nome de Montalegre mas, sobretudo, são formas de respeito pelas comunidades e são, sem dúvida, determinantes no desenvolvimento de uma sociedade. Assinado, a deputada municipal Ana Isabel Dias.”

O deputado Ricardo Moura disse que é urgente povoar o território. Disse que a CoopBarroso pode criar postos de trabalho, com pouco esforço e pouco investimento, criando brigadas de limpeza do território. Os conselhos diretivos e os parques eólicos deviam começar a investir nestes projetos e trazer gente para o concelho. Temos muita floresta que tem que ser limpa todos os anos de forma a a preservarmos, pois é esta a nossa maior riqueza.

A CoopBarroso pode ser uma cooperativa que pode resolver muitos problemas, temos é que nos unir e remar todos para o mesmo lado.

Perguntou se a Quinta da Veiga já foi entregue à Câmara, se se pode alugar e o que se pode fazer ali pois aqueles 100 hectares de terra tem que ser postos a produzir.

A União de Freguesias e Meixedo e Padornelos vai dar 500€ por cada nascimento, mas os pais tem que ser moradores da localidade e estar inscritos nos cadernos eleitorais.

Sobre a estrada de Meixedo referida pelo deputado Duarte Gonçalves, disse que já está a ser tratada e que não foi esquecida.

O deputado António Ferreira fez uma intervenção em defesa da honra dizendo que se riu durante a intervenção da deputada Sandra Gonçalves não por estar a fazer chacota ou num sentido depreciativo, mas sim porque o PSD quando pega num tema, andam anos a debatê-lo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Disse que o assunto da escola, da Corujeira não é do deputado António Ferreira e por isso não se tratam de assuntos pessoais.

Disse ainda que a sala convívio da Escola do Baixo Barroso não é o que a deputada Sandra Gonçalves estava a falar. Convém consultar o projeto e ver que a sala irá ser feita no espaço compreendido entre a receção e o refeitório.

O Senhor Presidente da Câmara começou por desejar a todos umas festas felizes juntamente com a família e amigos, independentemente do partido ou clube. E por falar em clubes, disse que Centro Desportivo e Cultural de Montalegre tem feito excelentes prestações ao longo dos anos e consegue sobreviver apenas porque tem o apoio da autarquia, que muitos contestam. Este clube, tais como os demais do concelho, vive das quotizações dos sócios. E cabe a cada um de nós ajudar estas associações que tão bem dignificam o nome da terra.

Disse que o que a autarquia de Montalegre está a fazer está bem feito, embora muitos não o queiram reconhecer. Não se conquista o prémio de Município do Ano de qualquer maneira. Assim como não se conquista um título honorífico, o qual a maior parte das pessoas nem lhe deu a devida importância, que é o de ser Património Agrícola Mundial. E mais títulos foram atribuídos e por isso o PS ganha por esmagadora maioria. Temos que aprender a reconhecer os defeitos, mas essencialmente as virtudes.

Sobre o atraso do recebimento da documentação, afirmou que a responsabilidade só pode ser dos CTT pois a Câmara envia dentro do prazo legal.

Sobre a má leitura dos documentos, informou que os informáticos já foram chamados para alertarem a Medidata para tentarem saber porque é que este erro persiste. Não se justifica, na era digital, esta disfuncionalidade.

Sobre o castelo, referiu que este assunto está transformado num programa "Sexta às 9". De volta do castelo está, por um lado, a equipa da Câmara que faz e que sabe fazer, e, por outro lado, está a outra equipa que desdenha do que os outros fazem. Congratule-se o PSD por não se levar o castelo para Salto. Não vai para Salto e vai ficar uma obra digna de se ver, informando que a primeira reunião que fez enquanto Presidente da Câmara foi com o Senhor Diretor Regional da Cultura do Norte, que convidou e que veio acompanhado por um técnico do IGESPAR. Clarificou que a função da Câmara relativamente à obra do castelo é pagar. Um milhão e quinhentos mil euros é o valor da candidatura e a Câmara paga 225 mil euros, mais IVA, de que a Câmara não é ressarcida. A posição da Câmara de Montalegre é uma posição de consciência, de empenho e de galhardia de dar uma sala de visitas digna e de dinamizar a economia, criando empregos e fixando pessoas à terra.

Disse que o senhor que organizou o movimento da Idade Média lhe mandou um e-mail a apresentar-se. Pensa que andam a brincar com assuntos sérios pois há gente que se deve consciencializar que já estamos na idade de chegar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Marte. Disse que não lida bem com exercícios de desconfianças, de maledicência e de desmoralização.

O castelo, com que determinada elite Barrosã se está a divertir, é o cavalo de Tróia que alguns cavalgam para denegrir mais a terra. Disse que é ridículo o que se está a passar e mais ridículo é ser levantado por aqueles que tinham o dever de serem esclarecidos que agitam e entopem as redes sociais e se recusam a perceber o que realmente está em causa porquanto à sessão de esclarecimento apareceram apenas nove pessoas. Ninguém em Montalegre tem autoridade para pôr em causa a competência técnica dos projetistas. Dizem os entendidos que o projeto não cumpre a carta de Veneza, mas a maior parte dos que tal dizem nem sequer sabem do que é que trata. A carta de Veneza diz que "O restauro é um tipo de operação altamente especializado. O seu objetivo é a preservação dos valores estéticos e históricos do monumento devendo ser guiado no respeito pelos materiais originais e pela documentação autêntica. Qualquer operação deste tipo deve terminar no ponto em que as conjeturas comecem. Qualquer trabalho adicional, que seja necessário efetuar, deverá ser distinto da composição arquitetónica original e apresentar marcas que o reportem ao tempo presente." No castelo, o que importa é a sua funcionalidade, mas disso ninguém se importa ou quer saber.

Sobre a desertificação e o despovoamento, afirmou que o espelho da nossa conduta não pode ser o do nosso vizinho. Temos que ter horizontes mais vastos. A Câmara vai lançar uma plataforma para dinamizar o território para que pessoas interessadas em se instalar no concelho possam fazê-lo através da compra de casa. O PSD está mobilizado para matar o menino à nascença. A terra não deve tornar-se ridícula.

Sobre o lítio disse que não há nada a acrescentar. A Luso Recursos tem a concessão da prospeção e agora o processo está no Ministério da Economia que a seu tempo dará uma resposta.

Relativamente ao tão falado empreendedorismo e sobre a acusação da autarquia estar atávica referiu que as pessoas não fazem ideia de quantos autarcas perguntam como é que Montalegre faz para fazerem igual. A Câmara gasta 1,5 milhões para apoio à economia local, como é o caso da Feira do Fumeiro.

Sobre a Coopbarroso, afirmou que já estava para morrer à nascença, mas é esta cooperativa que está a salvar o matadouro. Conseguiu a OPP única no concelho e é mais uma muleta para o empreendedorismo. A retoma da batata de semente está a dar frutos e já há compromissos apalavrados com os galegos para que usem a nossa batata. Somos o único concelho no país que está credenciado para fabricar batata de semente.

A estrada de Chaves atrasou na zona de Meixide mas terminará em finais de janeiro. Os rails, a sinalização e a pintura do pavimento só pode ser feita em tempo seco. A segunda estrada para Chaves vai ser feita pelo Regimento de Infantaria de Espinho e está previsto gastar-se 80 mil euros pelos dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

municípios. O Presidente da Câmara de Chaves tem previsto no contrato programa da EHATB a ligação entre Meixide e Soutelinho.

Parabenizou os Bombeiros de Montalegre e de Salto que não vão atrás do Marta Soares.

A propósito da criação de emprego, disse que o Governo atribui verbas às CIM's para criarem brigadas alargadas de sapadores. Abriu-se concurso e não concorreu ninguém.

Disse que a escola e a Câmara devem ter boas relações institucionais e não arranjar interlocutores e espiões para fazerem diagnóstico das falhas. Haja respeito pelas instituições.

Sobre a Quinta da Veiga disse que se está à espera de resposta do Tribunal Administrativo de Miradela. As condições da sua compra estão estabelecidas, vamos aguardar.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados Duarte Gonçalves, Sandra Gonçalves e Marco Sousa.

O deputado Duarte Gonçalves disse que é reconfortante ver que algumas ideias apresentadas pelo PSD foram tomadas em conta. O programa eleitoral do PSD, em 2009, propunha a venda de casas devolutas para reconstrução. O papel da oposição apresentar ideias mas não tem que as pôr em prática. Exemplo disso foi a medida tomada pelo Presidente da União de Freguesias de Meixedo e Padornelos que já dá 500€ por cada nascimento. Esta era uma proposta do PSD.

Afirmou que as freguesias não devem andar sempre a pedir à Câmara. Deveriam ter mais capacitação financeira.

Disse que o Presidente da Câmara tem capacidade governativa que o PSD não tem e isso abona a seu favor. Por isso, deve influenciar e tomar medidas concretas de apoio à desertificação.

Disse que na última assembleia falou da criação de uma comissão técnica que abraçasse este assunto para que se definissem medidas concretas para estancar este enorme problema. Algo tem que ser feito com cabeça, tronco e membros, com visão a longo prazo. As medidas que o Senhor Presidente da Câmara fez, enquanto dirigente, não tiveram impacto no combate ao despovoamento.

A deputada Sandra Gonçalves disse que entrou na escola como encarregada de educação e porque o espaço é público. Não entrou à socapa, tem esse direito e por isso merece respeito. Lamenta que o Presidente da Câmara ofenda os deputados da assembleia e depois exija respeito. Na ótica do Presidente da Câmara, um bom político é aquele que elogia o seu trabalho. O dinheiro é público e como foi eleita legitimamente vem expor os problemas. Continua sem saber quando é que os problemas das escolas do Baixo Barroso vão ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

resolvidos. A escola é pública e quem faz obras na escola é a Câmara. Diz que traz fotografias para que não a acusem de mentirosa. Disse que não tem problemas de manifestar o que pensa até porque foi eleita para isso mesmo. O que ela pensa é o que a maioria dos encarregados de educação pensa, mas têm receio de o dizer. Aqui reina a democracia.

O deputado Marco Sousa disse que o Presidente da Câmara não respondeu às questões colocadas.

Repetiu que propôs a abolição da derrama municipal e a devolução de parte do IRS. Sugeriu e não criticou.

Disse ainda que fez um trabalho com a Faculdade de Economia do Porto e entrou em contacto com vários políticos, dos vários partidos. Em conversa com uma ex-professora sua, atual Secretária de Estado do Partido Socialista, falaram de quais são as autarquias que têm as melhores práticas de captação de investimento. Não lhe interessava falar das grandes autarquias, mas sim das mais pequenas como é o caso de Caminha, Arcos de Valdevez, Peniche. Durante a conversa, a Senhora Secretária de Estado elogiou o Ex- Presidente da Câmara de Montalegre, Fernando Rodrigues, pelo excelente trabalho que fez junto da comunidade emigrante.

Disse que as pessoas não investem porque têm sempre em conta a sustentabilidade do negócio. Montalegre é um concelho com juventude com bastantes ideias e dinamismo. O gene está lá, mas não se consegue transpor para a economia. E aí deve entrar o Município. Infelizmente reina a política do angariar subsídios e apoios. A sustentabilidade do negócio passa para segundo plano e devia ser ao contrário. O Município de Montalegre devia apostar na Rua Direita pois está morta. Não tem comércio local. As rendas das lojas rondam os 200 euros. 200 euros vezes 12 meses, são 2.400 euros por pessoa. Vamos supor que dez jovens querem trabalhar uma determinada ideia de negócio. O Município se pagar 24 mil euros para ajudar estes jovens é barato. E com isto revitaliza o centro histórico e incentiva o empreendedorismo. Montalegre é uma localidade onde mais dinheiro entra nas instituições bancárias e isso é considerado dinheiro morto. A autarquia devia fazer com que as pessoas que têm esse dinheiro possam investir na sua terra. Precisamos dessas pessoas. A maneira como se ouve as opiniões diz muito sobre as pessoas.

O Senhor Presidente da Câmara disse que gosta de beber das ideias dos outros, mas não ouviu nada de inovador e de interessante.

Sobre a derrama, disse que ninguém se convence que é com 79 mil euros que se vai revitalizar a economia e a devolução do IRS é para favorecer os bem instalados. Não é com as propostas do PSD que o índice democrático negativo reverte.

Realçou que é preciso regionalizar e para povoar um território é preciso criar uma nova lei que permita que a Câmara possa apoiar o comércio da Rua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Direita. É urgente alterar o figurino de atuação das autarquias. O matadouro está livre de perigo mas sendo a Câmara acionista não pode ajudar. Finalizou dizendo que a maior riqueza do concelho é a água e a floresta. A comercialização dos baldios tem que acabar. O cadastro da propriedade rústica é urgente que se faça.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1. Informação a prestar pelo 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega, relativa à atividade desenvolvida por esta Comunidade Intermunicipal;

O 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves disse que ouviu atentamente, mas julga que faltou mencionar o que está previsto para o futuro.

Realçou que o trabalho feito a nível de empreendedorismo está bem feito, mas falta trabalhar o acesso a novos mercados para que se possam escoar os produtos. Não há acesso a plataformas de escoamento, sentindo-se mais a interioridade e dificuldades na rede viária.

Julga que estes e outros aspetos deviam ser discutidos a nível de CIM para que os produtores ganhem escala pois, com todos a trabalhar em conjunto e havendo cooperação de todos, o interior só tem a ganhar. Outro aspeto a ser debatido com alguma urgência devia ser o acesso à autoestrada e o acesso a Braga que está péssimo e perigoso.

O 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega respondeu dizendo que dentro da estratégia 2030, aquilo que os Municípios do Alto Tâmega definiram foi quatro linhas transversais e quatro eixos verticais. Nas linhas transversais tem que se dar capacitação às pessoas para elas terem conhecimento e tirarem proveito daquilo que existe. É preciso mobilidade intermunicipal pois não é aceitável para um território como o Alto Tâmega que seja mais difícil ir de Montalegre a Valpaços do que qualquer um dos municípios ao Porto. Ou seja, a centralidade de um território consegue-se arranjar se a mobilidade interna for melhor do que a mobilidade externa. O que existe é um eixo de autoestrada que apanha o centro de território, mas há muita dificuldade de aceder a esse eixo, o que leva a que os territórios não consigam comunicar entre eles. Há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

também uma lógica de economia social e de promoção. O Alto Tâmega tem que ser promovido senão não tem capacidade para potenciar os seus produtos endógenos.

Um dos problemas diagnosticados no Alto Tâmega é a falta de iniciativa das pessoas. O território vale muito mais do que os indicadores conseguem traduzir, ou seja, as pessoas têm muitas mais ideias do que aquilo que põem em prática. A nível da CIM vão haver sete milhões de euros para apoio a iniciativas de emprego e produtos endógenos. Vão ser precisas setenta iniciativas aprovadas. O problema é que no Alto Tâmega todo, durante um ano e meio, só houve quarenta candidaturas aprovadas. A falta de iniciativa por parte dos privados é muito importante que seja combatida. Para ajudar neste combate foi desenvolvido, pelo IAPMEI, um projeto para pagar a jovens para desenvolver as suas ideias e projetos. Em todo o Alto Tâmega nunca houve concorrentes. A CIM tem uma rede de impulsionadores do empreendedorismo distribuídos pelos municípios e esta equipa, junto dos seus municípios, tentou descobrir gente que tivesse ideias. A CIM contratou uma empresa que elaborou as candidaturas de forma a que os jovens não tivessem que as apresentar. Constituiu-se uma equipa com vinte e uma candidaturas com quarenta e duas pessoas e conseguiu-se aprovar catorze projetos no IAPMEI. Significa que uma pequena iniciativa de capacitação que custou cinco mil euros à CIM, conseguiu trazer duzentos mil euros para o território. No Alto Tâmega temos que fazer mais do que divulgar as coisas. Tem que se ir junto das pessoas, ajudá-las, obrigá-las a concorrer e, a seguir, garantir que são capazes de as fazer. O esforço é tentar transformar boas ideias em bons projetos.

Falou da estratégia dos mercados endógenos e disse que esta passa por se encontrar melhores mercados para os produtos porque não há economia de escala. O fumeiro de Montalegre até pode ser o melhor do mundo, mas quem o está a comprar não o compra como tal. Dá-lhe um valor mais baixo. Temos que conseguir dar uma rentabilidade maior ao produto, originando uma melhor economia. A CIM está a desenvolver iniciativas coletivas de mercado, mas é preciso cooperar e colaborar enquanto território para que se consiga escala de mercado.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.3. Proposta de Aprovação de Documentos Previsionais para o ano económico de 2019 – Opções do Plano de Atividades e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita / Mapa de Pessoal para 2019;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves, Alberto Fernandes, José João Moura, Sandra Gonçalves, João Carlos Rodrigues e Ana Isabel Dias.

O deputado Duarte Gonçalves disse que se há matérias das quais são divergentes, o plano e o futuro do Município é uma delas. Se há matéria para um voto contra, esta é uma delas. Não porque não concordem com algumas obras previstas, mas sim pelas dinâmicas daí adjacentes. Continua a não concordar com o caminho traçado pelo Partido Socialista, pois estes planos não apoiam em nada a captação de investimento, a dinamização económica no que realmente faz falta ao concelho, que é combater o despovoamento.

Disse que o concelho tem que dar sinais exteriores para dizer que estamos recetivos e que apoiamos os nascimentos. As medidas sugeridas pelo PSD são apresentadas avulsamente, pois é a única forma que têm para o fazer. no entanto, julga que deviam ser apresentadas num pacote global para ter pujança.

Disse que o PSD sabe que não é com a dádiva de 500 euros por nascimento que se combate a desertificação. Não são ingénuos a esse ponto. Mas um conjunto de políticas, se forem apresentadas como um todo, dava sinais às pessoas que vale a pena investir em Montalegre.

Falou sobre o canil municipal e disse que realmente faz falta. Os vereadores do PSD alertaram para esse facto, mas o executivo disse que não fazia falta pois encaminhavam os animais para Boticas. Agora que já não há financiamento o executivo decide fazer o canil com dinheiro dos cofres da autarquia.

Está previsto no PPI 3,25 milhões de euros para a pista automóvel e julga que é demasiado dinheiro, pois o retorno efetivo nem em cem anos seria feito. Este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

dinheiro estava previsto para a realização do Mundial de ralicross. Uma vez que o mundial de rali não se vai realizar, não se justifica ter este dinheiro aprisionado à pista.

Falou dos três milhões de euros no Complexo Desportivo de Salto, dizendo que concorda que faz falta um espaço multifunções, mas não há necessidade da aquisição de “brinquedos” tão caros que por vezes não satisfazem as necessidades das populações. Com metade do dinheiro fazia uma obra de excelência, sem megalomanias. Com esta obra, o Município de Montalegre vai ficar no limite da capacidade de endividamento. A capacidade de endividamento existe porque a herdaram do anterior executivo e começa a denotar-se uma perca de autofinanciamento da Câmara. A gestão da atual equipa é diferente do que vinha a ser praticado e estão a ser mais gastadores. Disse que o Presidente da Câmara, numa outra intervenção, salientou que tinha 1 milhão de euros de apoio ao empreendedorismo, mas não vê isso no PPI. Por se tratarem de perspetivas diferentes, o PSD irá votar contra o plano.

O deputado Alberto Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, minhas senhoras e meus senhores, bom dia a todos: não podia deixar passar, este momento, sem lhe dizer, aqui, que estou satisfeito com este plano e orçamento apresentado para 2019, no que diz respeito à minha freguesia e que a Câmara teve a feliz ideia de ir aprovar a Salto.

Muitos não sabem que a freguesia de Salto tem vinte povoações, uma décima da área do concelho e lá vive um sétimo da população do município!

Estes documentos apresentados, ao serem bons para o concelho também o são para a freguesia de Salto, pois prevêem duas obras que são estruturantes e fundamentais para os saltenses: a nova estação de tratamento de águas residuais e o complexo desportivo de Salto.

Grande parte da rede de saneamento da Vila de Salto tem mais de trinta anos! Está velha e pouco funcional! A ETAR funcionou sempre com problemas e está a causar alguma poluição nas águas do rio e incomoda muito os habitantes que vivem nas redondezas.

Todos ansiamos pelo arranque da nova obra. Sabemos que já foi concursada e entregue ao empreiteiro e só espera algumas burocracias para arrancar. É urgente.

Finalmente, o parque desportivo, gosto mais do termo!

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, ainda bem que têm o pavilhão desportivo de Salto como obra prioritária para 2019. Senhor Presidente, é a sua terra, é também a sua gente, é o seu clube, do qual é sócio, foi atleta e Presidente.

O Grupo Desportivo de Salto tem várias equipas a praticar desporto – cinco federadas, duas em futebol e três em futsal. Movimenta muitos atletas. Existe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

desde 1980. Tem 38 anos! Já uma idadezinha. Anseia há muitos anos por um pavilhão desportivo – sempre tem vivido com essa esperança.

Não tem condições dignas para oferecer aos seus atletas! As duas equipas de futebol de onze, lá se vão remediando com o campo pelado – o único no concelho! As três do futsal a participar em campeonatos da Associação de Futebol de Vila Real, andam com as casas às costas, por Montalegre ou por Boticas! Salto merece, já há muito, esta obra. Contamos com ela.

Também quero aqui recordar a continuação da musealização da Borralha e as obras que para lá estão previstas: o arquivo das Minas, valioso património histórico daquela empresa e do concelho. O circuito mineiro, a futura residencial, o apoio social às famílias, não podia aqui esquecer.

A 3ª fase da requalificação da vila e para mim a mais importante, pois vem embelezar a zona mais movimentada, a que mais tem contribuído para que Salto seja conhecido e com mais comércio.

A beneficiação da estrada de Amiar/Pereira que agora, sim, vai ter condições de trânsito nos dois sentidos;

Outros projetos em andamento como: a beneficiação da Casa do Capitão/ Ecomuseu de Salto, o apoio à melhoria das condições climáticas do Lar de Salto e ao futuro mercadinho a instalar no Parque do Torrão da Veiga e o canil municipal em Salto.

Senhor Presidente, este é o orçamento que se virou, finalmente, também para Salto.

Lembro-lhe aqui e a esta assembleia: os saltenses fazem uma grande festa no dia 15 de agosto que ronda uma despesa de 60 mil euros, à custa de um peditério que é feito porta a porta pelos vinte lugares da freguesia; construíram uma dupla Capela Mortuária, mais de 120 mil euros, com dinheiro da Comissão da Fábrica da Igreja; pelos associados foi construído o campo de tiro de Salto, um dos melhores do distrito; no evento da Semana do Barrosão, a Junta de Freguesia suporta parte da despesa.

Tem a freguesia, senhores membros desta assembleia, uma grande dinâmica graças ao trabalho das diversas associações da terra.

Lá existem associações que dinamizam a freguesia: o excelente trabalho dos Bombeiros Voluntários de Salto na defesa e proteção das populações do Baixo Barroso; o Grupo Desportivo na atividade desportiva que oferece a mais de cem atletas que tem nos seus quadros; a Banda Filarmónica de Salto, no trabalho que tem na formação dos seus músicos e na Escola de Música que criou e dá formação musical a todos os alunos da zona do Baixo Barroso que a procurem; às associações da lavoura: Centro de Gestão, Associação de Criadores de Gado de Raça Barrosã e Sapadores Florestais, instaladas na terra e que dão emprego a mais de uma dezena de funcionários e são o suporte fundamental dos agricultores da região; à comissão de festas de Salto, presidida pelo padre Pedro que tem orgulho nas Festas da Freguesia e dá sempre o máximo para que o S. Sebastião e a Festa de Nossa Senhora do Pranto sejam dias marcantes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

em salto; às associações de caça que com os eventos por si organizados trazem muitos amantes das armas ao seu campo de tiro; à Liga de Amigos do Ecomuseu de Salto pela promoção e defesa do museu e pela organização do Encontro de Cantares de Reis; à Associação Borda d'Água, aos Amigos da Borralha, à Associação Santa Bárbara e todos os que com as suas iniciativas, contribuem para melhorar o dia-a-dia dos seus associados e de todos nós.

Senhores membros desta assembleia, quis-vos fazer esta pequena resenha da minha freguesia, que tem aldeias, com mais habitantes do que algumas freguesias (só nas Minas da Borralha moram cerca de duzentas pessoas) para ficarem melhor informados e saberem que Salto merece ainda muito mais do que aquilo que lá é feito.

Não temos inveja do que é feito nas outras freguesias. Mas todos tem que compreender que onde há gente é que devem ser criadas infraestruturas e melhoradas as suas condições de vida.

Salto tem desenvolvido também graças à proximidade e saída da autoestrada A7 e A24 que fazem a melhor ligação ao concelho e sobretudo à zona do Baixo Barroso.

Espero que estes documentos também mereçam o apoio de todos vós. Assinado, o deputado municipal Alberto Martins Fernandes”.

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: “Acerca da desertificação no concelho, e após as tragédias do verão de 2017, houve consciências adormecidas que pareciam ter despertado.

Assim a aprovação do Orçamento do Estado para 2019 surgia como uma grande oportunidade que, no entanto, foi perdida.

O PSD apresentou 14 propostas. Entre outras, as seguintes:

- O Regime Contratual de Investimento (regime de apoios e incentivos a projetos de investimento superiores a 25 milhões de euros) passar a ser preferencialmente canalizado para o interior;
- Reforçar os incentivos ao investimento quando localizados no interior;
- Comprometer o Governo a apresentar em 2019 um programa de deslocalização gradual para o interior de serviços públicos centrais;
- Alterar o regime fiscal para residentes não habituais para que aqueles que se instalem no interior beneficiem de taxa de IRS de 15%;
- Criar um programa de apoio a ações de promoção do livro e da leitura no interior.

Citando Silva Peneda, deputado do parlamento europeu, “Só uma arrogância sem limites e um sectarismo não compaginável com uma democracia saudável é que justifica que nem sequer uma destas propostas tenha sido aprovada”.

Falando de prémios, há um que convém ressaltar, que é o facto de Portugal ter sido escolhido, pelo segundo ano consecutivo, como o "melhor destino turístico do mundo", de acordo com os prémios World Travel Awards.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

E o Turismo é um sector decisivo para travar o avanço da desertificação, atraindo visitantes, mão-de-obra qualificada e moradores a territórios de baixa densidade, que enfrentam problemas difíceis relacionados com o envelhecimento das populações.

Na região centro do país, por exemplo, um fator decisivo no combate ao despovoamento tem sido as dezenas de empresas de animação turística nascidas nos últimos anos, sendo lideradas por gente jovem, que se instalaram no Interior, dedicam-se ao chamado turismo ativo e desportivo. As suas atividades passam pelo cicloturismo, pedestrianismo, marcha de montanha, 'rafting' e até corridas de carrinhos de rolamentos, que a Vila de Montalegre já organizou há uns anos atrás.

O que se destaca nestas empresas é a capacidade de atração que exercem sobre jovens urbanos. E é sobre estes jovens que temos de atuar, cativar, como foi o caso de sucesso da Sexta-feira 13, e agora apostar noutras iniciativas, porque não o sábado 14, de modo a pernoitarem mais uma noite e ajudando assim a economia local.

Mas Sr. Presidente, o que queria perguntar acerca do Plano Plurianual é o seguinte: em que ponto está o Plano de ordenamento das barragens; e uma vez que se vai criar um Centro turístico da barragem do Alto Rabagão, o porque de não estar previsto qualquer investimento em Penedones, quando já existe um Parque de Campismo Municipal, várias casas de Turismo Rural, um Bar/Restaurante, e uma zona balnear frequentada por milhares de pessoas durante o Verão? Assinado, o deputado municipal José João Moura".

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras: mais um ano perdido para Montalegre! Neste orçamento para 2019, mais uma vez, é flagrante a falta de incentivos às empresas, aos jovens empreendedores, aos empresários em geral, que continuam a preferir estabelecerem-se nos concelhos vizinhos, porque aí sim, há incentivos, há políticas atrativas para o crescimento empresarial.

Na assembleia municipal de abril deste ano, o líder de bancada do PSD, apresentou aqui uma recomendação, que foi rejeitada pela maioria, como não seria de esperar outra coisa. Nem aceitaram sequer ponderar discutir as propostas afim de se estabelecer um entendimento, para o bem e desenvolvimento do concelho. Pois, neste concelho reina a lei "eu posso, eu mando e faço..." dizem que fazem tudo bem. Enganam-se, pois há 29 anos que o concelho definha a cada ano que passa! Se fizessem tudo bem, veríamos o concelho a crescer, jovens a fixarem-se, era sinal de sucesso, de que existem empregos e condições para se fixarem. Justificam o seu fracasso, sempre da mesma forma, que a culpa é sermos do interior, os concelhos vizinhos também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

são do interior, mas em vez de se lamentar, põem em prática verdadeiras medidas para combater esse flagelo.

O deputado João Soares, como líder de bancada, veio justificar a recusa da recomendação, alegando que o PS, já estaria a tratar do assunto. Devo dizer, que não vejo nenhum plano para travar o despovoamento e desertificação do concelho neste orçamento.

Vemos os concelhos vizinhos, a crescer e a criar incentivos e à procura dos investidores e vemos os nossos Barrosões continuarem a emigrar ou a imigrar. Mas isto não preocupa o executivo, haverá sempre verbas, para se gastar, seja em barragens, das eólicas, da CIM, da EHATB, da CE, da POESUR ou da PNPQ, com ou sem habitantes, haverá sempre fundos e quem os utilize. No fim vão ficar apenas aqueles que acham que “fazem tudo bem”. Esta é a triste realidade do nosso concelho. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves.”

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “O PSD vem aqui dizer, como já o tinha feito em reunião de Câmara, que vai votar contra o Plano de Atividades para 2019, mas que não era contra. Está no seu direito, mas devia apresentar alternativas e não o fez.

A oposição, como tem demonstrado, e como confirmou aqui, não tem linha de orientação, não tem rumo, não está certa do que deve fazer.

Compete-lhe fazer oposição, mas não consegue porque não sabe e não vê o resultado da sua atuação nem da apreciação pública que lhe é feita.

As pessoas sabem que quando a oposição está acordo não sabe como posicionar-se e acaba sempre a dizer mal.

Para a oposição, o que a Câmara faz ou prevê fazer está sempre mal. O que o PS fez, com margens de votação sucessivamente maiores, não tem significado, merce desconsideração e ataque permanente.

Lembro que o PS, na Câmara, construiu e leva a cabo uma campanha de Marketing territorial que tirou Montalegre do esquecimento e trouxe prestígio à nossa terra e orgulho à nossa gente e quer continuar o reforço da centralidade da sede do concelho como polo de dinamização da economia e do emprego.

O PSD critica sempre, e agora atacam o Plano, como de costume, com encenações na linha de sempre:

As obras, se são na vila, deveriam ser nas aldeias, se são nas aldeias esqueceram-se da vila, se são em Salto deveriam ser em Montalegre...

Bem, não é preciso estar muito atento para ver tanta contradição.

E vem isto a propósito das tão paleadas obras em Salto.

Encenar a intriga entre Salto e Montalegre nunca resultou para o PSD. A Câmara teve sempre equilíbrio e isso é demonstrado pela expressão eleitoral num e noutro lado, onde o PSD, por causa dessa guerrilha também, perde crédito dos seus protagonistas. E porque é que perde também nos resultados eleitorais?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Dr. Pires fez muita obra na sua terra, o seu sucessor fez muita obra na vila de Montalegre e o atual presidente tem o direito, e a obrigação até, de fazer muita obra em Salto.

Eles fizeram nas suas terras mas também em todo o concelho: obras, cultura, apoio social, etc...

Só não foi assim com o PSD, que trazia os votos de salto e desprezava a terra, e continua a desprezar;

Só não foi assim com o PSD que deixou a vila de Montalegre com água 2 horas por dia;

E só não foi assim com o PSD que deixou Meixedo, a terra do então presidente da Câmara, sem caminhos, sem ruas, sem saneamento e até sem água. E teve que vir o PS fazê-lo, não sendo a terra de nenhum dos presidentes socialistas!

O PSD é assim, não faz nem quer que os outros façam. E é por isso que vota contra o Plano, por mais razão nenhuma.

Não admira por isso que esteja desacreditado. O que admira é que, mesmo assim, prossigam a estratégia que ao longo dos anos mais prejudicou o próprio PSD, e que mais parece uma síndrome: a síndrome da P.B.A.. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues."

A deputada Ana Isabel Dias entregou o seguinte documento à Mesa: "Gostaria de vos dizer que se alguma dúvida eu tivesse quanto a este orçamento, ele mereceria a aprovação pelo dinheiro que está previsto para a Pista Automóvel. No meu entendimento, o dinheiro que vai para a pista não é dinheiro gasto. É dinheiro investido! Se o Circuito Internacional de Montalegre não fosse bom, esta prova que vamos agora realizar não nos tinha convidado já anteriormente para o seu campeonato. E quero aqui dizer que esta prova que se vai realizar não é uma segunda liga como lhe chama o deputado do PSD. Isso é o mesmo que comparar o campeonato com a taça da liga: são disputas completamente diferentes, com objetivos diferentes, mas ambos de enorme relevância no desporto.

E repito, não foi por acaso que o GRC convidou o CIM para ser uma das pistas desse campeonato, mas nós quisemos ser honrados e dissemos que não, pois tínhamos o contrato com a IMG. A verdade é que foi a IMG que falhou connosco! A IMG não falhou com a câmara, falhou connosco! Falhou com cada um de nós que está aqui dentro, com cada barrosão e falhou até com o país. Não honrou os compromissos que assumiu e tratou quem nos representa sem qualquer respeito, nem institucional.

Devemos estar todos muito zangados com esta decisão e exigentes com a forma como isto se vai resolver. É preciso reconhecer o trabalho de quem depois deste "tirar do tapete" conseguiu manter a cabeça levantada e foi à luta, usando os seus contactos pessoais e profissionais para negociar o campeonato GRC. É preciso reconhecer isso porque num momento de desilusão e frustração foram à luta e uma das piores imoralidades que pode haver é o roubo do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

trabalho físico ou intelectual de alguém! E houve alguém que trabalhou e que deve ser reconhecido por podermos manter Montalegre no topo, onde está há 29 anos sob a administração socialista. Assinado, a deputada municipal Ana Isabel Dias”

O Senhor Presidente da Câmara disse que não sabe de que lado é que está o PSD pois quando a pista tem provas, está contra; se não tem provas previstas, votam a favor. Informou que a pista ainda vai ter mais provas do que as que tinha. A IMG saiu por causa de dinheiro. Contra o poder do dinheiro não há nada a fazer. É o capital que dita as regras. Fechou-se uma porta mas abriram-se muitas janelas.

Elogiou a intervenção do deputado João Carlos Rodrigues que desmontou a oposição, dando lições de política. Ao contrário do deputado José João Moura que trouxe uma intervenção baseada num artigo do Dr. Silva Peneda, transcrito no Jornal O Público.

Informou que o plano de ordenamento das barragens existe e até foi discutido publicamente há mais de doze anos. Lá está escrito que os proprietários das terras das margens da barragem, estão proibidos de as cultivar sem que haja indemnização nenhuma. Esta tudo fora da orla da alçada da Câmara.

Sobre o canil municipal, disse que cabe aos vereadores abrir caminho e é isso que estão a fazer. Disse ainda que no mandato de 2013 a 2017, o deputado Duarte Gonçalves, então vereador, não votou contra nenhum Plano e Orçamento apresentado pelo executivo. Pergunta o que é que mudou desde essa altura.

Na altura que o PSD falou da construção de um canil, não havia a necessidade pois o de Boticas era intermunicipal e Montalegre estava coberto por ele.

Disse que a deputada Sandra Gonçalves não expressa conceitos, ela exhibe-se pelo ridículo, correndo o risco de ser ofensiva. A ela também se exige que saiba estar e que indique que tipo de deputada é pois quando o Dr. Passos Coelho veio a Salto ela foi das primeiras pessoas a erguer o cartaz com frases menos abonatórias do seu partido. Quando não sabemos o terreno que pisamos, prestamo-nos a maus contributos e esta casa precisa do contrário.

Disse que o complexo desportivo de Salto não tem ainda uma dotação financeira. Pode ir no máximo até aos 3 milhões, mas não chegará lá. Neste complexo está previsto um campo sintético, um pavilhão gimnodesportivo, as expropriações e as acessibilidades. Há muita obra para fazer.

Quanto à dívida disse que também fazia parte do executivo quando havia boa saúde financeira. Se neste momento há capacidade de 70% de endividamento e se há necessidade de fazer obra, vai ser feita, porque vai-se ao Banco de Investimento Europeu buscar dinheiro barato para intervir no quadro comunitário, para intervir na piscina e noutras coisas consideradas urgentes. E o empréstimo ao BEI não conta para a capacidade de endividamento da autarquia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Finalizou dizendo que a pista não foi uma perda para Montalegre. Foi uma perda para a região e para o País.

Agradeceu o testemunho do Presidente da Junta de Salto pois relata fidedignamente uma vila com vida.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados Duarte Gonçalves, Sandra Gonçalves e João Carlos Rodrigues.

O deputado Duarte Gonçalves disse que fica contente que o PS se preocupe com o PSD. É sinal que existe e lhes faz moossa.

A deputada Sandra Gonçalves chegou à conclusão que expor os problemas do concelho se chama exibicionismo.

Em relação ao cartaz na receção ao Dr. Passos Coelho disse que foi porque Salto estava há mais de três meses sem médico de família e passado 15 dias o problema estava resolvido. É a defesa dos interesses das populações que ela reclama.

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: "Com certeza que esta oposição me preocupa e devia preocupar todos nós.

Preocupa-nos o estado desta oposição, porque nos preocupa a saúde da democracia, porque para que o executivo seja forte e conseqüentemente produza um melhor trabalho é necessária uma oposição forte, assertiva e que se assuma.

O estado desta oposição preocupa-nos há muito tempo. Evoquei aqui, anteriormente, o passado porque eu tenho memória, não necessariamente lembrança mas memória, que é já memória coletiva, e nós temos memória.

É a memória de muitas e saborosas vitórias do PS.

É a memória de muita coisa boa que o PS fez pela terra.

Enquanto o PSD é varrido da memória das pessoas. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues"

Deliberação: Aprovado por maioria com nove votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, José João Carvalho Moura, Sandra Gonçalves, José Fernando Moura, Marco Sousa, Iva Rebelo, Acácio Gonçalves, Jorge Lestra e Manuel Rebelo.

4.4. Contratação de EMLP, ao abrigo do nº 1, do artigo 51.º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, para aplicação em projetos de investimento, no montante de € 845.717.74, correspondente à contrapartida nacional de investimento municipal/Relatório final de análise das propostas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com nove abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Carvalho Moura, Sandra Gonçalves, José Fernando Moura, Marco Sousa, Iva Rebelo, Acácio Gonçalves, Jorge Lestra e Manuel Rebelo.

4.5. 2ª Revisão aos Documentos Previsionais – ano financeiro 2018;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com cinco abstenções dos deputados Sandra Gonçalves, José Fernando Moura, Marco Sousa, Iva Rebelo e Acácio Gonçalves.

4.6. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2018 / art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento

4.7. Anulação da Taxa de Direitos de Passagem;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.8. Reconhecimento do Interesse para as Populações e Economia Local do Projeto Miradouros do Território GIAHS/FAO – Candidatura ao Aviso nº 002/ADRAT/10216/2018;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.9. Proposta de Regulamento “Projeto Mais Saúde Menos Amianto”;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir a deputada Iva Rebelo.

A deputada Iva Rebelo disse que se trata de um regulamento discriminatório. Só abrange um bairro e há mais casas em todo o concelho com o mesmo problema. Desta forma, a oposição vai abster-se.

O Senhor Presidente da Câmara disse que esta medida será para abranger todo o concelho. Este bairro específico é o que tem mais casas com amianto concentradas. Tem que se identificar as demais.

Deliberação: Aprovado por maioria com nove abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, José João Carvalho Moura, Sandra Gonçalves, José Fernando Moura, Marco Sousa, Iva Rebelo, Acácio Gonçalves, Jorge Lestra e Manuel Rebelo.

4.10. Proposta de Alteração ao Regulamento de Apoio ao Abate de Suínos;

O Senhor Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou a seguinte declaração de voto: “O grupo Municipal do PSD entende a necessidade de se apoiar a economia local,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

nomeadamente o sector agropecuário. Concorda com a proteção da fileira do fumeiro regional, e a promoção de melhores condições sanitárias possíveis, nomeadamente quanto ao abate de suínos. Consideramos o apoio aos produtores com fundamento, contudo o presente regulamento no nosso entender pode incorrer numa violação da lei da concorrência (Lei/2003) pois visa privilegiar o Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega quando os produtores deveriam ser livres de escolher o local de abate.

O regulamento é de tal forma confuso, sendo que o apoio é supostamente dado aos produtores que efetuam as candidaturas, contudo obriga os mesmos pertencerem a uma determinada associação (impedindo por exemplo que outra surja em condições de igualdade concorrencial), e como previsto no artigo 9º do regulamento o pagamento é feito diretamente ao Matadouro Regional do Alto Tâmega e Barroso.

Isto é no nosso entender mais uma irregularidade, pois se as candidaturas são pessoais, os pagamentos têm obrigatoriamente de ser efetuados aos titulares desse direito, neste caso aos produtores. Assinado pelo Grupo Municipal do PSD”.

O Senhor Presidente da Câmara disse que para a oposição há sempre um “mas”. Esta é uma medida de apoio ao empreendedorismo, à criação de emprego e povoamento do território. Quem trabalha e quem dinamiza o território é quem merece ser ajudado.

Deliberação: Aprovado por maioria com nove votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, José João Carvalho Moura, Sandra Gonçalves, José Fernando Moura, Marco Sousa, Iva Rebelo, Acácio Gonçalves, Jorge Lestra e Manuel Rebelo.

4.11.Minuta de Contrato-Programa Entre o Município de Montalegre e EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM,SA;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Duarte Gonçalves e Acácio Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves disse que a oposição é contra os contratos-programa. São contra o método e não contra as obras.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Acácio Gonçalves disse que já não acredita nos contratos programa. Há obras no valor de 600 mil euros que ainda não estão feitas. Têm que se fazer autos de entrega.

O Senhor Presidente da Câmara salientou que as obras estão feitas e terão que ser pagas até ao dia 31 de dezembro de 2018. Não percebe qual é o temor. É um exercício de boa gestão ficar com os impostos investidos na região ao invés de irem para Lisboa. O dinheiro sob a forma de dividendo pagava uma taxa muito alta e assim não. O centralismo lisboeta também não pensa em nós. A EHATB tem regalias fiscais e temos o dever de as aproveitar.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que devia ser motivo de orgulho ter uma empresa como a EHATB na nossa região como sendo uma referência nacional.

Deliberação: Aprovado por maioria com nove votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, José João Carvalho Moura, Sandra Gonçalves, José Fernando Moura, Marco Sousa, Iva Rebelo, Acácio Gonçalves, Jorge Lestra e Manuel Rebelo.

4.12. Minuta de Contrato-Programa entre O Município de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar e EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com nove votos contra dos deputados Duarte Gonçalves, José João Carvalho Moura, Sandra Gonçalves, José Fernando Moura, Marco Sousa, Iva Rebelo, Acácio Gonçalves, Jorge Lestra e Manuel Rebelo.

4.13. Eleição de um elemento para integrar a CPCJ de Montalegre, em substituição da professora Maria Clotilde Santos Magalhães Gomes, que renunciou fazer parte dessa Comissão;

A Bancada do PS apresentou a seguinte proposta de lista: “De acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, no seu artigo 17º, nº1, alínea I),



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

e considerando o perfil legalmente instituído para desempenhar funções na Comissão e Proteção de Crianças e Jovens de Montalegre (CPCJ), proponho a Dr^a Gorete Afonso uma vez que detém especiais conhecimentos e capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, designadamente formação académica e vasta experiência e colaboração em projetos relacionados com infância e juventude. Assinado, pela bancada do Partido Socialista”.

Posta à votação, por escrutínio secreto, a Dr.^a Gorete Afonso foi eleita com vinte e sete votos a favor, dois votos nulos e dois votos brancos.

4.14. AMAT/ Plano de Atividades e Orçamento para 2019;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.15. CIM Alto Tâmega / Plano de Atividades e Orçamento para 2019;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.16. EHATB / Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2019;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.17. EHATB, EIM,SA. Relatório de Execução Orçamental 3º trimestre 2018;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.

5 – Período após a ordem do dia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que terminada a discussão da ordem do dia e não havendo público que manifestasse vontade de intervir, estava encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas

O 2º Secretário

Sandra Rua Gonçalves Pinto